

DECURSO DE PRAZO e CONCLUSÃO



Certifico haver ter decorrido o prazo para a parte autora, intimada por nota de foro às fls. 56, impugnar a contestação, não localizando na pasta destinada a guardar documentos, existente neste Cartório, pronunciamento da referida parte acerca deste feito. Dou fé e faço **CONCLUSÃO** destes autos ao MM. Juiz de Direito desta Vara. João Pessoa, 15 de agosto de 2008.

Karen Rosalyn de Almeida Rocha
Técnica Judiciária

CERTIDÃO

Certifico a quem esta que a conclusão foi dada a quem de junhou o A.R.

João Pessoa, 28.08.08

ESCRITÓRIO / ESCRIVÃO

João Pessoa, 28.08.08

João Pessoa, 28.08.08

João Pessoa, 28.08.08

João Pessoa, 28.08.08

João Pessoa, 28.08.08

João Pessoa, 28.08.08

João Pessoa, 28.08.08

João Pessoa, 28.08.08

João Pessoa, 28.08.08

João Pessoa, 28.08.08

João Pessoa, 28.08.08

João Pessoa, 28.08.08

João Pessoa, 28.08.08

João Pessoa, 28.08.08

AVISO DE RECEBIMENTO AR		DATA DE POSTA 25 JUN 2008	
UNIDADE DE POSTA CARIMBO		UNIDADE DE ENTREGA CARIMBO	
DESTINATÁRIO UNIBANCO AIG SEGURADORA S/A (REPRES LEGAL) AVENIDA ENGENHEIRO ANTÔNIO DE GÓES 617 PINA 51110-000 - RECIFE - PE			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR TJ/14ª CÍVEL CARTA CITAÇÃO(20020077871354) AVENIDA JOÃO MACHADO SM FORUM CENTRO 58013-520 - JOÃO PESSOA - PB			
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª 23/06/08 2ª 15/08/08			
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) RUBRICA E MATRIZ CABEIRO Helton Lordeiro Mat.: 8.504			
ATENÇÃO: Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto		ASSINATURA DO RECEBEDOR João Pessoa	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR João Pessoa		Nº DOC DE IDENTIFICAÇÃO 735083	

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusões estes autos ao MM

Jur de Direito da 1ª Vara Cível

João Pessoa, 28.08.08

Escritório/Escrevente

ESTADO DA PARAIBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
1ª VARA CÍVEL



Vistos, etc.

Intimem-se as partes, por seus procuradores, para que digam, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em instrução, especificando-as e informando a sua necessidade.
Intime-se.
Cumpra-se.

João Pessoa, 04 de novembro de 2008.

Alexandre Fargino Gomes Falcão

- Juiz de Direito -

Em 05/11/2008
Sentença proferida no Juízo de Direito
da 1ª Vara Cível da Capital.
Escritório Escrevente

ESCRIVÃO / ESCRIVENTE

João Pessoa, 19/12/08

Delegado (Assessor)

JUNTADA

ESCRIVÃO / ESCRIVENTE

João Pessoa, 04/12/08

no Diário da Justiça. Dou fe.
Nota de Foro Nº. 188 foi publicada
Certifico que em 04/12/08, a
NOTA DE FORO
PUBLICAÇÃO

00268 Processo: 2002007787135-4-A CAO DE CO-
BRANCA AUTOR: ALANA GOMES DOS SAN-
TOS ADV: LIDIANI MARTINS NUNES. AU-
TOR: MARIA APARECIDA DOS SANTOS
GOMES ADV: LIDIANI MARTINS NUNES.
REU: UNIBANCO AIG SEGURADORA S/A
ADV: ADRIANA CARLA DE LIMA. Despacho:
Intime-se o(s) advogado(s) das partes para
em 10(diez) dias, dizerem se pretendem produ-
zir outras provas em instrução, especifican-
do-as e indicando a sua necessidade.

Análise / Técnico Judiciário

João Pessoa, 02/12/08

Delegado (Assessor)
Assessor
Nota de Foro Nº. 188
Certifico que, neste dia, expedi o
NOTA DE FORO



321448 - C1 / 2008-12307 / M

JOÃO BARBOSA

Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Solto
Pedro H. B. Sousa
João Paulo Martins
Kendira Barreto
Pedro Andrade
Joseaine Maura
Claudia Mota
Rachael Rosenberg
Danielle Nogueira
Antonia Costa
Andressa Sena
Julia Lins
Juliana Rollim
Cristiane Oliveira
Felipe Sherman
Liliah Fonseca
Caroline Caldas
Fernanda Passarelli
Osmar Aquino
Paula Pinheiro
Paula Pinheiro

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL / PB.

Processo n.º 200.2007.787.135-4

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL / PB.

UNIBANCO AIG SEGUROS S.A., neste ato representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO, que lhe promove ALANA GOMES DOS SANTOS E OUTROS, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., em atendimento ao despacho de fls., manifestar-se da intimação recebida dia 04/12/2008 para especificar provas a serem produzidas:

Ab initio, a Ré informa não possuir mais provas a serem apresentadas, vez que é do Autor o ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito, conforme art. 333, I, do CPC. Sendo assim, a Ré requer prosseguimento do feito.

Neste Termos,
Pede Deferimento.

João Pessoa, 12 de Dezembro de 2008.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307
Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815
Fabio João Solto
OAB/RJ 114.089
Vanessa Cristina de Moraes Ribeiro
OAB/PB 9534
Adriana Carla Lima
OAB/PB 10.236

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro / RJ cep: 20010020
PABX: 21 - 3265-5600 Fax: 21 - 3265-5622/3265-5628
corporativo@joaoabarbosaadvass.com.br

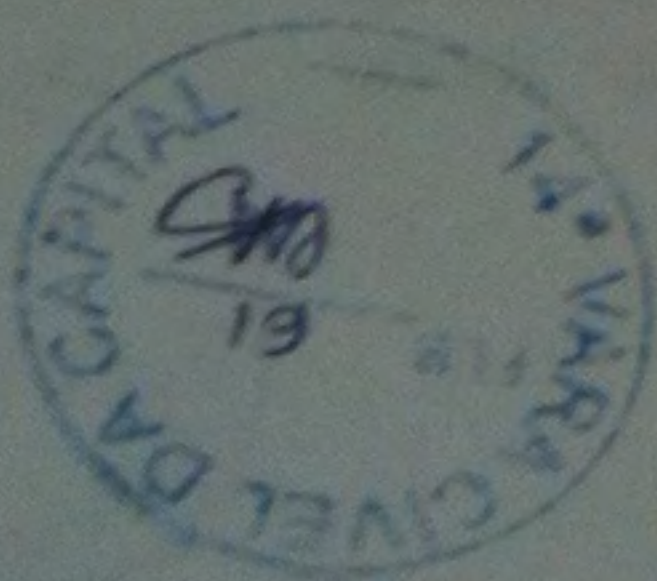
PROTOCOLO FORUM CIVEL 15/DEZ/2008 17:32 006183 1

DECURSO DE PRAZO e CONCLUSÃO



Certifico haver ter decorrido o prazo para a parte autora, intimada por nota de foro às fls. 58v, atender ao despacho de fls. 58, não localizando na pasta destinada a guardar documentos, existente neste Cartório, pronunciamento da referida parte acerca deste feito. Outrossim, a parte ré juntou petição às fls. 59. Dou fé e faço **CONCLUSÃO** destes autos ao MM. Juiz de Direito desta Vara. João Pessoa, 19 de dezembro de 2008.

Karen Rosalim de Almeida Rocha
Técnica Judiciária



ESTADO DA PARAIBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
1ª VARA CÍVEL



Vistos, etc.

Faça-se conclusão para oportuna prolação de

sentença.

Cumpra-se.

João Pessoa, 22 de janeiro de 2009.

João Batista Barbosa

Juiz de Direito

DATA

Em 26 / 01 / 09, recebi os pre-
sentes autos do MM. Juiz de Direito
da 1ª Vara Cível da Capital.

Escritório/Escrevoria

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos estes autos
ao MM. J. de Direito da 1ª Vara Cível.

João Pessoa 27, 01, 09 (JEMENHA)

J. W. V. G.
EXCERTE

VISTO EM AUDIÊNCIA

Processo concluso para
despacho/sentença com excesso de
prazo (mais de 30 dias). De-se o
impulso em 48h.
Em, março de 2019.

João Alves da Silva
Juiz Corregedor Auxiliar

- Converte o julgamento em diligência, tendo em vista tratar a demanda de interesse de menor, portanto, incapaz, sendo obrigatória a intervenção do MP, como prevê o art. 82 do CPC.

- Assim, de-se vistas ao RMP.

João Pessoa, 8 de fevereiro de 2010.

Silmary Alves de Queiroga Vita
Juíza de Direito

DATA

09/02/2010

recebi os originais

[Handwritten signature]



Vistos etc.

VISTA
Nesta data abro vistas dos autos
ao MP

João Pessoa, 12 de 02 de 2010

Visão

2 R/02/2010 / Santa Maria

Mm. Juiz:

Segue Power

JP A, 20/02/2010.

Rafaela Maria 6.053-4
Rafaela Maria T. Silva

63
63
63



ESTADO DA PARAIBA
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
14.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DA CAPITAL

Processo n.º : 200.2007.787.135-4
Natureza : AÇÃO DE CORRANÇA
Promovente : ALANA GOMES DOS SANTOS
Promovida : UNIBANCO AIG SEGUROS S/A

MM.ª JUÍZA:

Alana Gomes dos Santos, impúbere, representada pela genitora, Maria Aparecida dos Santos Gomes, qualificadas à fl. 02, por intermédio de defensora legalmente constituída, ajuizou a presente **AÇÃO DE CORRANÇA**, em face da Unibanco AIG Seguradora S/A, visando ao recebimento do seguro DPVAT, em virtude da morte do genitor, vítima de acidente de trânsito, ocorrido em data de 27/05/2007, no município de Bayeux, PB.

Aduziu que sua genitora, na condição de esposa, recebeu 50% (cinquenta por cento) do valor securitário, restando à outra metade a ser paga a ora promovente.

Assim, requereu os benefícios da assistência judiciária gratuita e que fosse a promovida condenada a pagar-lhe indenização do seguro DPVAT, no valor de 20 salários mínimos, por ser medida de Justiça (autos, fls. 02/06).

Com a inicial vieram os documentos de fls. 07/25.

64
64
64

Validamente citada (fl. 28), a promovida apresentou contestação, suscitando as preliminares de ilegitimidade ativa "ad causam" e de carência de ação (ausência de documentos imprescindíveis ao exame da questão). No mérito, resumidamente, requereu a improcedência do pedido (autos, fls. 44/53).

Intimadas para declinarem se pretendiam produzir provas em instrução, as partes permaneceram-se inertes, vindo os autos com vista ao MP, para o oferecimento de parecer (fl. 62/V).

F. o relatório.

Na contestação, a promovida arguiu as seguintes preliminares, a saber: a) ilegitimidade ativa "ad causam", e b) carência de ação por ausência de documentos essenciais ao exame do mérito.

Contudo, não lhe assiste razão.

Com relação à ilegitimidade ativa da autora/menor, esta é totalmente descabida e infundada, porquanto, sendo ela, filha do *de cuius*, na condição de herdeira (fl. 18) e sucessora do fenecido, é parte legítima para receber o valor do seguro DPVAT. Vejamos.

Com o advento da Lei 11.482/2007, o art. 4º da lei que regula o seguro em testilha, passou a ter a seguinte redação, "verbis":

"Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o

disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 8.441, de 1992).

Para complementar o sentido do rregamento supra, espriete-se
disposiçao do Codigo Civil:

"Art. 792. Na falta de indicaçao da pessoa ou beneficiario, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

Parágrafo único. Na falta das pessoas indicadas neste artigo, serão beneficiários os que provarem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência". (grifo nosso)

Portanto, encontra-se a autora legitimada para a causa.

No tocante à última preliminar, de carência de ação, em razão da pretensa não juntada de documentos essenciais ao exame meritório, melhor sorte não assiste à Seguradora. Isso porque, o acervo probatório documental acostado à peça de ingresso (fls. 09/25), permite, ao sentir ministerial, o enfrentamento do mérito da ação, na medida em que há prova do sinistro veicular, da morte da vítima (dano), bem assim a causa do feneçimento.

A propósito, a Lei nº 6.194/74, em seu art. 5º, exige que o beneficiário apresente apenas prova do acidente e do dano decorrente para que tenha direito a indenização decorrente de infortúnio automobilístico, o que ocorreu no caso.

Deste modo, sem desmerecer os argumentos alinhavados preliminarmente na peça de resistência, entende o Parquet que as questões ali suscitadas, desmerecem acolhida, por absoluta falta de consistência jurídica.

No mérito, a autora busca o pagamento da metade da indenização securitária - DPVAT, por morte de seu genitor, vítima de acidente de trânsito,

6666
ocorrido em data de 27 de maio de 2007, por volta das 15H:40MN, na Av. Marechal
Rondom, bairro Jardim Aeroporto, município de Bayeux, PB, (fl. 18).

O pedido merece integral procedência.

No caso, a pretensão da promovente se cinge em receber o percentual de 50 % (cinquenta por cento) do valor do seguro do DPVAT. A outra metade fora embolsada pela sua genitora, por força de sentença da lavra da Juíza Leiza do 4.º Juizado Especial Cível desta Capital (fls. 22/25 - ação n.º 200.2007.738.187-5.). Assim, a questão se resume em analisar se estão presentes os requisitos necessários para o pagamento do seguro DPVAT.

Com efeito, o seguro obrigatório DPVAT, o qual se caracteriza por ser um contrato legal, de cunho eminentemente social, tem regras definidas em normas próprias, regidas pelas Leis n.º 6.194/74, e 8.441/92. Visa a garantir às vítimas, ou aos seus familiares, de acidentes causados por veículos ou por suas cargas, indenizações, em caso de invalidez permanente ou morte, e o reembolso de despesas médicas.

Para se efetivar o pagamento do seguro, não se faz necessária a apuração de culpa, basta à prova do acidente e do dano decorrente do infortúnio.

Na espécie, a autora instruiu a petição inicial com os documentos necessários a integral procedência do pedido e, conseqüentemente, faz jus ao recebimento do seguro. Consta nos autos a prova de que o seu genitor, ao pilotar uma moto, envolveu-se em um sinistro automotivo no município de Bayeux, PB, falecendo em decorrência das lesões na região do crânio.

O boletim de ocorrência policial de fls. 18/19, relata que o Sr. Antônio Gomes de Oliveira "não agiu de acordo com que está descrito no artigo 28 das normas gerais de circulação e conduta e desta forma infringindo ao artigo 169 do

67
67
67
CTB (Código de Trânsito Brasileiro), dando causa ao acidente". E tal fato fora ratificado pela certidão de óbito de fl. 16.

Esses documentos validam os fatos asseverados pela autora na peça de inquérito, e demonstram, de maneira irrefragável, o nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e a morte da vítima, constituindo prova assaz convincente do dano

Assim, comprovado o acidente, a morte e o dano, elementos constitutivos do direito do autor, não há necessidade de maiores comentários a sobre a questão, devendo o pedido ser julgado procedente, condenando-se a promovida a pagar o valor de R\$ 6.500,00 (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), com as correções de estilo e juros legais.

Com essas considerações, o representante do Ministério Público Estadual, infra assinado, opina pela rejeição das preliminares e a procedência integral do pedido, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC, c/c art. 1.º e SS da Lei 6.194/74, com observância as cautelas legais de estilo.

E o parecer.

João Pessoa, 20 de FEVEREIRO de 2010.



Rodrigo Marques da Nobrega
Promotor de Justiça

Silmary Alves de Queiroga Vila
JUZA DE DIREITO

Victor
deque ventura
§ 9. 23/04/10

Fago os autos conclusos ao
Dr. Juiz de Direito
João Pessoa, 25 de 02 de 2010

Vistos

CONCLUSÃO

DATA
Nesta data, recebi estes autos do
representante do Ministério Público:
João Pessoa, 22 de 02 de 10
Analista / Técnico Judiciário



ESTADO DA PARAIBA
PODER JUDICIÁRIO

14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

Processo Nº : 200.2007.787.135-4

Natureza : Ação de Cobrança

Promovente : Alana Gomes dos Santos

Promovido : Unibanco AIG Seguradora S/A.

SENTENÇA

COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DA VÍTIMA. SEGURO DPVAT. PRELIMINARES. REJEIÇÃO. PROVA DO ACIDENTE E DO DANO. COMPROVAÇÃO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. METADE DEVIDA À HERDEIRA. APLICAÇÃO DO ART. 792 DO CÓDIGO CIVIL. PROCEDÊNCIA.

- A indenização do seguro DPVAT só é devida, a teor do art. 5º da Lei nº 6.194/74, se demonstrado o acidente e o dano à vítima.

- Versando a demanda sobre cobrança do seguro obrigatório DPVAT, cujo sinistro ocorreu na vigência da Lei antiga, inaplicáveis se mostram as novas disposições relativas ao seguro obrigatório DPVAT implementadas pela Lei 11.482/2007.

- A indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento.

- Quanto aos juros moratórios, tem-se que são devidos desde a citação, e serão os legais, ou seja, 1% ao mês, conforme o artigo 406 do novo Código Civil, que dispõe sejam fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional (artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional).

VISTOS ETC.

Alana Gomes dos Santos, menor representada por sua genitora Maria Aparecida dos Santos Gomes, através de advogada legalmente constituída, ajuizou a presente Ação de Cobrança contra o Unibanco AIG Seguradora S/A, também qualificada.

Alega a autora que seu pai, em decorrência de acidente de trânsito, veio a falecer em 27/05/2007, tendo a sua genitora, que ora a representa, recebido o equivalente a 50% do seguro obrigatório DPVAT.

Pleiteia, portanto, pelo recebimento da metade da indenização do seguro por morte, no importe de 20 salários mínimos, fls. 2/6.

Silmariv Alves de Queiroga Vita
JULGADO DIRETO



Junto os documentos às fls. 7/25.

Citado, o promovido contestou, alegando, preliminarmente, ilegitimidade ativa e carência de ação, enquanto, no mérito, destacou a plena vigência da Lei 11.482/07, e que os juros de mora sejam contados a partir da citação e a correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, fls. 44/53.

Impugnação à contestação (fls. 51/53).

A parte autora foi devidamente intimada para impugnar a defesa, contudo, não se manifestou, fl. 57.

Instadas as partes a especificarem outras provas, o promovido requereu o julgamento antecipado, fl. 59, e a promovedor deixou transcorrer o prazo sem manifestar-se, fl. 60.

Cota ministerial, às fls. 63/67.

E o Relatório. Lanço Decisão.

Preliminarmente, alegou o promovido ilegitimidade ativa da autora, contudo, os documentos acostados demonstram a contento que tal preliminar não merece prosperar.

Trazendo a baila a legislação pertinente, extrai-se do art. 4º da Lei nº 6.194/74 a seguinte disposição:

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007).

O Código Civil preceitua:

Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

Deste modo, restou demonstrado que a requerente é filha do falecido, sendo parte plenamente legítima para pleitear a indenização em epígrafe.

Rejeito, assim, a preliminar suscitada.

Ainda, alega o promovido carência de ação, por ausência de documentos imprescindíveis, tais quais o registro da ocorrência policial, a certidão de óbito e o auto da necropsia.

Pois bem. Verifica-se que a referida preliminar foi aventada sem que o promovido compulhasse os autos, uma vez que, nestes, há o registro da ocorrência policial, fls. 18/19, a certidão de óbito, fl. 16, que comprova o nexo com o acidente, sendo, portanto, irrelevante o auto de necropsia.

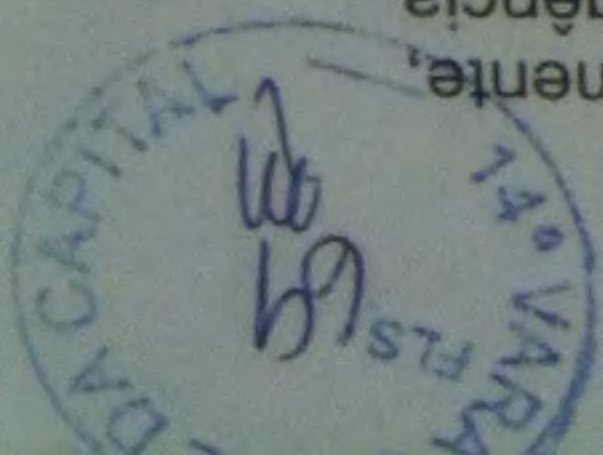
Ademais, o art. 5º, da Lei nº 6.194/74 exige, apenas, para o recebimento do seguro obrigatório, que a vítima prove a existência do sinistro e do dano dele decorrente, sem estabelecer qualquer outro condicionamento.

Assim, igualmente rejeito a preliminar supra.

No mérito, é cediço que a indenização do seguro DPVAT só é devida, a teor do art. 5º da Lei nº 6.194/74, se demonstrado o acidente e o dano à vítima.

No presente caso, os documentos às fls. 07/25 fazem

Silmaray Alves de Queiroga Vila
JUIZA DE DIREITO



prova do dano à vítima (morte), bem como do acidente.

Assim, incontestável ser devido o DPVAT.

A qualidade de herdeira da requerente igualmente está devidamente comprovada através dos documentos às fls. 10 e 16.

Pois bem. Busca a parte requerente, através da presente ação, o recebimento da quantia correspondente a 20 salários mínimos, ao argumento de que o promovido, em decorrência do sinistro que vitimou Antônio Gomes da Silva, deveria observar o disposto no art. 3º, "a", da Lei nº 6.194/74, o qual dispõe:

"Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de morte".

De fato, como o sinistro se deu em 27.05.2007, anteriormente ao advento da Lei nº 11.482/2007, que alterou a redação do dispositivo acima, fixando a indenização por morte em R\$ 13.500,00, imperativa se torna a aplicação da Lei 6.194/74, no patamar pretendido, ou seja, em 20 salários mínimos, à época do óbito, assim, porque aplicável o princípio *tempus regit actum*.

Por oportuno, colhamos o aresto adiante, a cujo entendimento me filio:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INAPLICABILIDADE DAS NOVAS DISPOSIÇÕES. LEGITIMIDADE ATIVA DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE. 1. Versando a demanda sobre cobrança do seguro obrigatório DPVAT, cujo sinistro ocorreu na vigência da Lei antiga, inaplicáveis se mostram as novas disposições relativas ao seguro obrigatório DPVAT implementadas pela Lei 11.482/2007. 2. Nos sinistros ocorridos até 28/12/2006, o cônjuge sobrevivente é parte-legítima para, isoladamente, postular o pagamento da indenização securitária por morte. Inteligência do art. 4º da Lei 6.194/1974. 3. Agravo provido de plano" (Agravo de Instrumento Nº 70021153507, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, julgado em 30/08/2007).

Quanto à correção monetária deve incidir a contar do mesmo termo, ou seja, da data do óbito, ante a desvalorização da moeda a partir dali. Este também é o entendimento do STJ, pelo que, a propósito, colhemos o seguinte julgado:

CIVIL E PROCESSUAL. ACÓRDÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO INFRINGENTE. NULIDADE NÃO VERIFICADA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO LEGAL. VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. LEI N. 6.194/1974, ART. 5º, § 1º. DATA DE APURAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A QUO. EVENTO DANOSO.

I. Não viola o art. 535 do CPC o acórdão que enfrenta a controvérsia, porém com resultado desfavorável à pretensão da recorrente. II. A indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento. III. Recurso especial não conhecido. (Resp 788712 / RS, Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe 09/11/2009).

Quanto aos juros moratórios, tem-se que são devidos desde a citação, e serão os legais, ou seja, 1% ao mês, conforme o artigo 406 do

Silmar Alves de Queiroga Vila
Juiz de Direito



novos Códigos Civil, que dispõe sejam fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional (artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional).

Sobre o tema, transcrevo decisão do STJ, Relator o Ministro Aldir Passarinho Júnior. Assim:

"CIVIL E PROCESSUAL AGRADO REGIMENTAL. SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT). RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS MORATORIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. I. No caso de ilícito contratual, situação do DPVAT, os juros de mora são devidos a contar da citação. Precedentes. II. Agravo improvido" (AgrRg no Resp n. 954.209/SP, 4ª Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, julgado em 18.09.2007, DJ 19.11.2007, p. 241).

Ante o exposto, com base nos fundamentos acima elencados, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO**, para condenar a parte promovida ao pagamento do valor de 20 salários mínimos, relativo ao seguro obrigatório DPVAT, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar da data do óbito, e juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, isto com supedâneo nos arts. 3º, 4º, § 1º e 5º, § 1º, todos da Lei nº 6.194/74.

Custas e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, a cargo da promovida.

Transitada em julgado, aguarde-se o requerimento do credor para cumprimento da sentença, caso não haja pagamento voluntário. Ressalte-se que, havendo o pagamento, tal quantia deverá ser depositada em poupança, em nome da menor, só podendo ser liberada após o fim da sua menoridade.

P.R.I.

João Pessoa, 23 de abril de 2010.

Silmary Alves de Queiroga Vita
Juíza de Direito
Silmary Alves de Queiroga Vita
JUÍZA DE DIREITO

PUBLICAÇÃO
Certifico que a sentença de fls. 68/71 foi publicada, nos termos do art. 463, caput, do CPC. Dou fé. João Pessoa, 23/04/2010.

REGISTRO DE SENTENÇA
Certifico que a registrei a sentença de fls. 68/71 no livro 029, às fls. 70/73. Dou fé. João Pessoa, 23/04/2010.

Analista Judiciária
Mat. 472.594-1

CAPITAL
VARIAÇÕES
71

JUNTA DA
Nesta data faço junta dos autos da
polícia de xix, p. 12.
07/05/2010
Escritório/Escrevente

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
Pedro H. B. Sousa
João Paulo Martins
Kendra Barreto

Joselaine Maura Figueiredo
Marcelo Cocco
Juliana Sampaio
Cristiane Oliveira
Suchilla Tenorio
Fernando Barbosa

Pedro Andrade
Flávia Nonato
Rafael Bandeira
Simone Nakasato
Lanessa Nascimento
Carlos Oliveira

Paula Pinheiro
Osmar Aquino
Cecilia Ribeiro Chequer

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA/PB.

Processo: 200.2007.787.135-4

12/03/2009 17:32 005452 1

UNIBANCO AIG SEGUROS S.A, empresa seguradora com sede à Rua Avenida Eusebio Matoso, 1375 - 2º ao 8º andares - Pinheiros - São Paulo/SP - CEP 054423-180, inscrita no CNPJ sob o nº 33.166.158/0001-95, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, que lhe promovem ALANA GOMES DOS SANTOS E MARIA APARECIDA DOS SANTOS GOMES, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa, requerer a alteração do pólo passivo para ITAU SEGUROS S.A, empresa seguradora com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itausseg, Parque Jabaquara, São Paulo/SP - 04344-902, inscrita no CNPJ sob o nº 61.557.039/0001-07, tendo em vista que esta incorporou a atual ré, como consta na Portaria nº 3.316 de 8 de setembro de 2009 que segue anexa.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

João Pessoa, 26 de outubro de 2009.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
OAB/RJ 123.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

Vanessa Cristina de Moraes Ribeiro
OAB/PB 9.534



NOTA DE FORO EXPEDIDA
 Certifique haver expedido a nota de
 foro 090, em cumprimento
 a(o) despacho/decisão/sentença de
 fls. 08173 Dou. Fe. João
 Pessoa, 03/08/2010
 (Ass. 68/31)

Analista Judiciária
 Mat. 472.584-1

C E R T I D A O
 Certifico que por força do Ato
 da Presidência nº 25/2010, os
 prazos processuais foram
 suspensos em 07/06/10,
 retornando em 28/07/10, ato
 da greve dos servidores.
 João Pessoa, 03/08/2010

Analista Judiciária
 Mat. 472.584-1



PUBLICAÇÃO
NOTA DE FORO

Certifico que em 05/08/10, a
Nota de Foro nº 090 foi publicada
no Diário da Justiça. Dou fe.
João Pessoa, 06/08/10

ESCRIVÃO / ESCRIVENTE

JUNTADA

Nesta data faço juntada aos autos

de duas petições
(cumpr)

João Pessoa, 26/08/10

ESCRIVÃO / ESCRIVENTE



JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Flávia Nonato	Klariisse Mirella	Nicole Riente
Henrique A. F. Motta	Paula Pinheiro	Patrícia Cavalcanti	Cristina Ferreira
Fábio João Soito	Osmar Aquino	Paula Barroso	Amanda Silva
Pedro H. B. Sousa	Fernando Barbosa	Thathiana Cusnir	Rodrigo Gaspar
Joselaine Maura Figueiredo	Rafael Bandeira	José Pinto	Renato Carvalho
João Paulo Martins	Lanessa Alves	Carolina Lima	
Marcelo Côco	Cecília Chequer	João Renato Paulon	

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CIVEL DE JOAO PESSOA / PB

Processo n.º 200.2007.787.135-4

ITAU SEGUROS S/A, empresa seguradora, situada na Avenida T-7, 661, Setor Bueno, Goiânia-GO, inscrita no CNPJ sob o nº 61.557.039/0001-07, por meio de seus advogados que esta subscrevem, vem mui respeitosamente a presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **ALANA GOMES DOS SANTOS**, não se conformando, d.m.v, com a r. sentença de fls., interpor o presente **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu recebimento no efeito devolutivo e suspensivo com regular processamento e posterior envio a Egrégio Tribunal de Justiça e Colenda Câmara Recursal deste Estado.

Por oportuno, requer-se desde já a juntada da inclusa guia de custas referente ao pagamento do preparo para os devidos fins de direito.

Termos em que,
Pede deferimento.

João Pessoa, 23 de agosto de 2010.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fábio João Soito
OAB/RJ 114.089

Maria Amélia Vieira Segunda
OAB/PB 14.054



PROCESSO ORIGINAL Nº 14 VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA PB

PROCESSO Nº 200.2007.787.135-4

RECORRENTE: ITAU SEGUROS S.A

RECORRIDO: ALANA GOMES DOS SANTOS

RAZÕES DA RECORRENTE

INCLITOS JULGADORES!

DA R. SENTENÇA ORA GUERREADA

O Nobre Magistrado "a quo" entendeu, equivocadamente, como procedente o pedido, condenando a Empresa Ré, ora Recorrente da seguinte forma:

"(...) Pedido julgado procedente Condenação da promovida no pagamento do valor de 20 salários mínimos, relativos ao seguro DPVAT, corrigido monetariamente pelo INPC, a contar da data do obito, e juros de mora de 1 ao mes a contar da citação. Custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10 sobre o valor da condenação (...)"

Assim, informada com a r. sentença de fls., vem a Apelante esposar suas razões para reforma in totum da sentença ora guerreada.

BREVE RELATO DOS FATOS

Allega a Autora, ora Apelada, em sua peça vestibular que seu cônjuge foi vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em 27/05/2007.

Assim sendo, por entender, equivocadamente, que o valor da indenização corresponde a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à época do efetivo pagamento, ingressou com a presente ação, referente ao Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT.

Prosseguimos, para que ao final seja dado provimento ao recurso interposto, por ser decisão da mais lida e irretorquível justiça!!!

DA CORREÇÃO MONETÁRIA

NO MÉRITO



Com todo o respeito ao MM Juiz, a Recorrente vem discordar da r. sentença, e assim requerer a Egrégia Turma Recursal a reforma quanto à correção monetária. Para tanto, toma emprestadas as palavras do Ilustre Juiz em sua decisão:

"(...) Ante o exposto, julgo procedente o pedido de indenização para condenar a requerida ao pagamento de R\$ 12.960,00 reais, incidindo-se sobre esta monta juros de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária a partir do evento danoso. (...) (g.n.)"

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, que a mesma incida a partir da propositura da ação, senão vejamos:

"art. 1º . . . (...)"

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."

O Superior Tribunal de Justiça, através do Rsp 43.640-0-SP, 6ª Turma, tendo como relator o Ministro Anselmo Santiago, retratou o seu entendimento sobre a correção monetária, conforme ementa que passamos a transcrever:

"Não ofende o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil o acórdão que restringe a incidência da correção monetária a partir do ajuizamento da ação e não antes, por falta de previsão legal" (STJ-6ª Turma, Rsp 43.640-0-SP, rel. Ministro Anselmo Santiago, j. 21.6.94, não conheceram, v.u., DJU 28.11.94, p. 32.645).

CONCLUSÃO

Se mantida a condenação imposta, requer a Apelante ainda seja parcialmente provido o presente Recurso, para determinar a ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81.

Sendo assim, ante a parcial procedência, requer a Apelante que as custas processuais sejam pro rata e os honorários advocatícios compensados a teor do artigo 21 da Lei Adjetiva Civil.

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, fornece-se o endereço da Avenida General Osório, 61, Centro, Joao Pessoa, CEP: 58.010-780..

Por derradeiro, requer, ainda, a Contestante seja observado o nome do advogado, Maria Amélia Vieira Segunda OAB/PB 14.054, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

João Pessoa, 23 de agosto de 2010.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Souto
OAB/RJ 114.089

Maria Amélia Vieira Segunda
OAB/PB 14.054

CONCLUSÃO

Nota data fato conduca entre autos
20 MM. Jiz de Direito da 14.ª Vara

Civil.

26.08.10

José Pereira,

ESCRIVÃO ESSELENTE



R. hoje.

- Recebo a apelação em ambos os efeitos.
- Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo legal.
- Após, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossos cumprimentos.

João Pessoa, 27 de agosto de 2010.

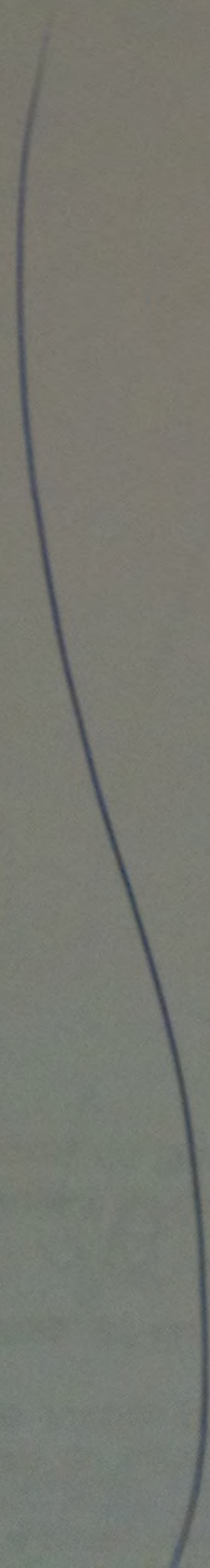
Silmary Alves de Queiroga Vita
Juíza de Direito

DATA Nesta data, recebi estes autos do MM. Juiz de Direito. Dou fé. João Pessoa, 27.08.2010. <i>[Handwritten signature]</i>

Analisis/Laboratorio de Diagnostico

15 09/10
19

o(a) Delicados (real)
Nuestro equipo tiene los autos



JOÃO BARBOSA Advogados Associados



João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
Pedro H. B. Sousa
João Paulo Martins
Kendira Barreto
Joselaine Maura Figueiredo
Marcelo Cêco
Juliana Sampaio
Cristiane Oliveira
Suchilla Tenorio
Fernando Barbosa
Pedro Andrade
Flávia Nonato
Rafael Bandeira
Simone Nakasato
Lanessa Nascimento
Carlos Oliveira

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CIVIL DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA / PB.

Processo n.º 200.2007.787.135-4

ITAU SEGUROS S/A, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, que lhe move ALANA GOMES DOS SANTOS, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosa e, à presença de V.Exa., requerer a juntada da guia de recolhimento de custas recursais, para que surta os devidos efeitos legais.

Nesses Termos,
Pede deferimento.

João Pessoa, 25 de agosto de 2010.

João Barbosa OAB/RJ 134.307
Henrique A F Motta OAB/RJ 113.815
Fabio João Soito OAB/RJ 114.089

Maria Amélia Vieira Segunda
OAB/PB 14.054

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro / RJ cep: 20010020
PABX: 21 - 3265-5600 Fax: 21 - 3265-5622/3265-5628
corporativo@joaoarboasadvass.com.br

NR. AUTENTICAÇÃO
Valor Total 181,66
Valor em Cheque 0,00
Valor em Dinheiro 181,66
Data do pagamento 25/08/2010
Codigo de barras 856388881-9
Convenio TRIBUNAL DE JUSTICA-PB 8166926318-8
528188859-8
9281889229-5
0,45F, 9EF, D48, FDB, A62

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD. BARRA
25/08/2010 - BANCO DO BRASIL - 14:25:11
125112996
0283

PAGAVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S.A. ATÉ A DATA DO VENCIMENTO
O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.

		Poder Judiciário do Estado da Paraíba		Via Central de Guias		Data de emissão 24/08/2010		Vencimento 05/09/2010	
TOTAL DO ESTADO DA PAR		20072007.787135-4		999.2010.099229-9		Taxa Judicial 0,00		Custas Judiciais 180,66	
Despesas						Taxa Bancária 1,00		Total 181,66	

PAGAVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S.A. ATÉ A DATA DO VENCIMENTO
O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.

		Estado da Paraíba		Via Processo		Data de emissão 24/08/2010		Vencimento 05/09/2010	
TOTAL DO ESTADO DA PAR		20072007.787135-4		999.2010.099229-9		Taxa Judicial 0,00		Custas Judiciais 180,66	
Despesas						Taxa Bancária 1,00		Total 181,66	

AS DO BANCO DO BRASIL S.A. ATÉ A DATA DO VENCIMENTO
SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.

		Estado da Paraíba		Via Parte		Data de emissão 24/08/2010		Vencimento 05/09/2010	
TOTAL DO ESTADO DA PAR		20072007.787135-4		999.2010.099229-9		Taxa Judicial 0,00		Custas Judiciais 180,66	
Despesas						Taxa Bancária 1,00		Total 181,66	

NR. AUTENTICAÇÃO
Valor Total 181,66
Valor em Cheque 0,00
Valor em Dinheiro 181,66
Data do pagamento 25/08/2010
Codigo de barras 856388881-9
Convenio TRIBUNAL DE JUSTICA-PB 8166926318-8
528188859-8
9281889229-5
0,45F, 9EF, D48, FDB, A62

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD. BARRA
25/08/2010 - BANCO DO BRASIL - 14:25:31
125112996
0286

NOTA DE FORO

Certifico que, nesta data, expedi a
nota de foro n. 118, intima

para Confirmação

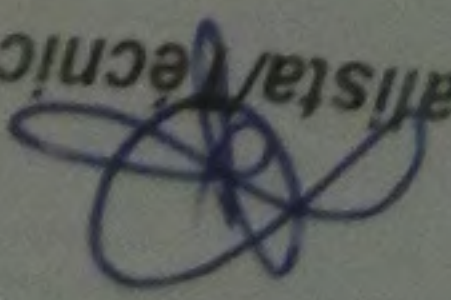
João Pessoa, 15 de 09 de 10

Analista / Técnico Judiciário

Abstract

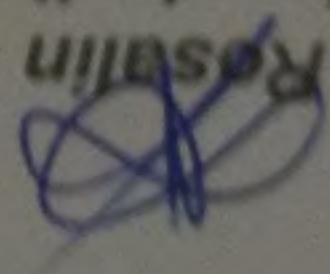
PUBLICAÇÃO DE NOTA DE FORO

Certifico que a Nota de Foro 118/2010, foi publicada no Diário da Justiça de 17/09/2010. Dou fé. João Pessoa, 17 de setembro de 2010.


Analista/Técnico Judiciário

DECURSO DE PRAZO e REMESSA

Certifico haver decorrido o prazo para a parte autora, intimada por nota de foro às fls. 81, oferecer contrarrazões, não localizando na pasta destinada a guardar documentos, existente neste Cartório, pronunciamiento das referidas partes acerca deste feito. Dou fé e REMETO estes autos ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA, João Pessoa, 25 de janeiro de 2011


Karen Rosalin de Almeida Rocha
Técnica Judiciária



TERMO DE RECEBIMENTO

Numero Protocolo : 200.2007.787135-4 / 001
Num. Proc 1 grau : 200.2007.787135-4
Data de Entrada : 27/01/2011

Numero de Volumes: 1

Numeração : 02 A 83

Numero de Folhas : Repetidas:

Em Branco:

Agravo Retido as folhas de :

Historico

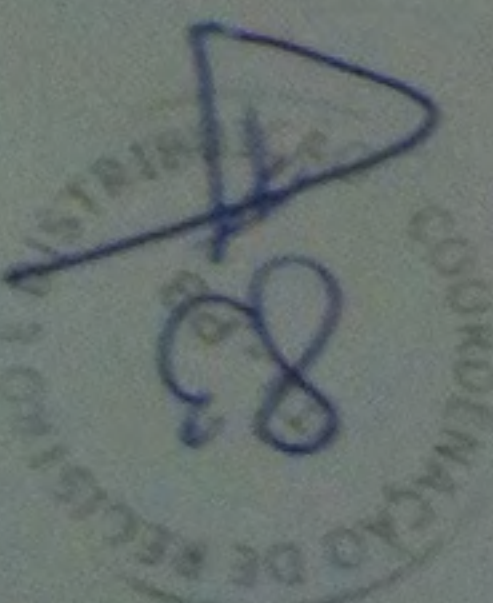
: AC DED.P/ITAU SEGUROS S/A C/SENT.DO JUIZO DA 14.
V.CIVEL DA CASPITAL-ACAO COBRANCA N.200200778713
5-4 REF.SEGURO DPVAT MOV.P/ALANA GOMES DOS SAN -
TOS.

Autor: ALANA GOMES DOS SANTOS
Reu : ITAU SEGUROS S/A

Joao Pessoa, 31 de Janeiro de 2011

~~Responsavel pela Digitacao~~

Ass: 3766245



TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA

TERMO DE AUTUACAO, REGISTRO E DISTRIBUICAO

ESTES AUTOS FORAM DISTRIBUIDOS POR PROCESSAMENTO ELETRONICO, REGISTRADOS EM MEIO MAGNETICO E AUTUADOS COM AS OBSERVACOES ABAIXO:

NUMERO PROCESSO: 200.2007.787135-4 / 001 AUTUADO EM : 27/01/2011
PROC. 1o. GRAU : 2002007787135-4

ATUREZA : 007 APELACAO CIVEL
VOLUME : 01
VOLUMES : 01
COMARCA : 210 CAPITAL - 14A. VARA CIVEL

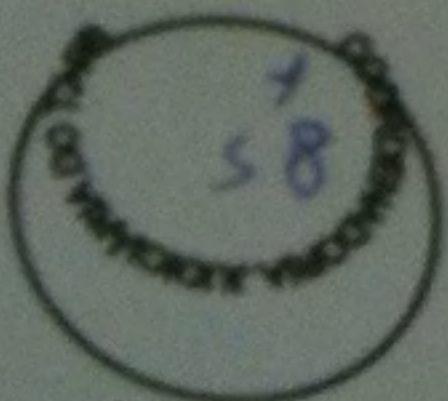
TIPO DISTRIB. : AUTOMATICA
ORGAO JULGADOR : 3 CAMARA CIVEL
RELATOR : 058 DES. MARCIO MURILLO DA CUNHA RAMOS
DISTRIB. EM: 01/02/2011 10:53

IDENTIFICACAO DAS PARTES:

APELANTE : ITAU SEGUROS S.A.
ADVOGADO : MARIA AMELIA VIEIRA SEGUNDA E OUTROS
APELADOS : ALANA GOMES DOS SANTOS
: REP. POR SUA GENITORA
: MARIA APARECIDA DOS SANTOS GOMES
: LIDIANI MARTINS NUNES

JOAO PESSOA, 1 DE FEVEREIRO DE 2011
Thiago Giordano de Oliveira Rocha
Mat. 75.439-5
RESPONSABILIZADO PELA DIGITACAO





DATA

Aos 02 dias do mês de fevereiro de 2011, foram-me entregues estes autos com o termo retro. E, para constar, assino este termo.

Francinaldo Leite de Lima
Assistente de Administração

CONCLUSÃO

Aos 02 dias do mês de fevereiro de 2011, faço estes autos conclusos ao Exmo. Des. Relator. E, para constar, assino este termo.

Francinaldo Leite de Lima
Assistente de Administração



ESTADO DA PARAIBA
PODER JUDICIÁRIO

GAB. DES. MÁRCIO MURILLO DA CUNHA RAMOS

APelação CíVEL Nº 200.2007.787135-4/001 — 14ª Vara Cível da Capital
RELATOR: Des. Márcio Murillo da Cunha Ramos
APELANTE: Itaú Seguros S. A.
ADVOGADOS: Maria Amélia Vieira Segunda e outros
APELADA: Alana Gomes dos Santos, representada por sua genitora Maria Aparecida dos Santos Gomes
ADVOGADA: Lidiani Martins Nunes

APelação CíVEL — PREPARO RECÚRSAL
RECOLHIDO E JUNTADO APÓS A INTERPOSIÇÃO DO
RECURSO — DESERÇÃO — INADMISSÃO —
SEGUEMENTO NEGADO.

— O preparo deve ser efetuado no ato de interposição do recurso, ou antes, não podendo ser relegado para depois, a teor do art. 511 do CPC.

Vistos etc.

Cuida-se de Apelação Cível interposta pela Itaú Seguros S. A. contra decisão proferida pela MM. Juíza da 14ª Vara Cível da Comarca da Capital, que, nos autos da ação de cobrança de indenização de seguro DPVAT que lhe move Alana Gomes dos Santos, representada por sua genitora Maria Aparecida dos Santos Gomes, julgou procedente o pedido, condenando a parte promotora ao pagamento do valor de 20 (vinte) salários mínimos, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar da data do óbito, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação.

Irresigna-se a apelante, às fls. 74/77, apenas quanto à correção monetária fixada na sentença de primeiro grau.

E o brevíssimo relatório. Decido.

Questão de ordem processual impede o prosseguimento do presente apelo.

O preparo deve ser efetuado no momento em que interposto o recurso, ou antes, não podendo ser relegado para depois, a teor do art. 511 do CPC. Sendo assim, no ato de interposição do recurso, o recorrente comprovava, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

A junta de preparo depois da interposição da apelação, ainda que dentro do prazo, não é possível em razão da preclusão consumativa.

Nesse sentido também se firmou a jurisprudência da egrégia Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREPARO. APELAÇÃO. COMPROVANTE DE PAGAMENTO. JUNTADA POSTERIOR À INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. DESERÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OPOSIÇÃO SUCESSIVA À INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL CONTRA A MESMA DECISÃO. INADMISSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA UNIRRECORRIBILIDADE E DA PRECLUSÃO CONSUMATIVA. RECURSO INTERPOSTO VIA FAC-SÍMILE. ENTREGA DOS ORIGINAIS EM JUÍZO. NECESSIDADE. ART. 2º DA LEI 9.800/99. I. Nos termos do art. 511 do Código de Processo Civil e da literatura jurisprudência desta Corte, a comprovação do preparo deve ser feita no ato de interposição do recurso.

2. A juntada posterior do comprovante de preparo não é circunstância apta a afastar a deserção, uma vez operada a preclusão consumativa com a interposição do recurso. Precedentes.

(...)
7. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. (AgRg nos EDcl no AgRg no Ag 441.548/BA, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/09/2010, DJe 22/09/2010)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. PREPARO. RECOLHIMENTO POSTERIOR À INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. DESERÇÃO.

1. De acordo com a dicção do art. 511 do CPC, o recorrente deve comprovar a realização do preparo no ato de interposição do recurso, tendo-o como deserto se ocorrido em momento ulterior, ainda que dentro do prazo recursal. Precedentes.

2. A alegação de greve bancária, como justificativa para a ulterior protocolização do comprovante do preparo recursal, não prescinde da demonstração de que o movimento partidista impediu efetivamente o recolhimento quando do protocolo do recurso, e não em data posterior, de maneira a demonstrar a boa-fé e zelo do patrono.

3. Embargos de declaração conhecidos como agravo regimental. Agravo regimental não provido. (EDcl nos EREsp 1068830/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/04/2009, DJe 04/05/2009)

Na hipótese, a sentença foi publicada em 05/08/2010, a apelação foi interposta em 23/08/2010 (fls. 74/77), último dia do prazo recursal, e, só no dia 25/08/2010, foi realizada a juntada do preparo (fls. 79/80).

De fato, o presente recurso está deserto, vício que compromete irremediavelmente o conhecimento da matéria impugnada pelo juízo *ad quem*. O preparo só foi recolhido (e juntado aos autos) no dia 25/08/2010, quando a via recursal já estava definitivamente preclusa, posto que, além de estar fora do prazo recursal, foi apresentado em momento ulterior à interposição do recurso.

ANTE O EXPOSTO, NEGO SEGUIMENTO AO APELO, nos

termos do art. 557, caput, do CPC.

P.1.

João Pessoa, 04 de abril de 2011.

Des. Marcio Murilo da Cunha Ramos
Relator



CERTIDÃO

Certifico, para que esta produza os devidos efeitos, que os presentes autos foram-me entregues, nesta data, com o despacho retro. Coordenadoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 03 de 05 de 2011.

Escrivão do Recurso

CERTIDÃO

Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais, que o referido despacho foi **REGISTRADO** na data infra. Coordenadoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 03 de 05 de 2011.

Escrivão do Recurso

CERTIDÃO

Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais, que o despacho acima referido foi **PUBLICADO** no Diário da Justiça do dia 06 de 05 de 2011. Coordenadoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 07 de 05 de 2011.

Escrivão do Recurso

João Pessoa



CERTIDÃO

Certifico que, esgotado o prazo de Lei para interposição de recurso, transitou em julgado, em 11 / 04 / 2011, duas fls. Do que, para constar, assino a presente certidão.

João Pessoa, 26 / 04 / 2011.

Analista Judiciário

Maria Amélia L. Maia

REMESSA

Aos 26 dias do mês de 04 de 2011.

Faço remessa destes autos ao Exmo. Sr. D. Juiz de Direito 1ª Vara Criminal de João
Moniz de Aragão.

Analista Judiciário

Maria Amélia L. Maia

João Pessoa, 26 / 04 / 2011.

NOTA DE FORO

Certifico haver expedido nota
de foro nº 81
despacho/sentença de fls. requir-
vel o que interfere de di-
João Pessoa, 06/05/2011. (para
a autaj)

PUBLICAÇÃO DE NOTA DE FORO

Certifico que a Nota de Foro 081/2011 foi publicada em 10/05/2011. Entretanto, de acordo com a Lei 11.419/2006 e Resolução nº 10 do Tribunal de Justiça, tem-se como publicada em 11/05/2011. Dou fé. João Pessoa, 10 de maio de 2011.

Analista/Técnico Judiciário



CARGA

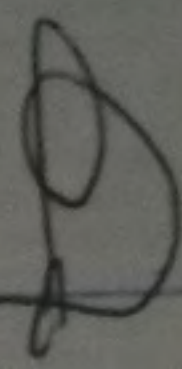
Certifico haver feito carga destes autos a(o) Dr. (a) Adv. auxiliar, na data de hoje. O referido é verdade e dou fé. João Pessoa, 22/06/11

DATA

Nesta data, recebi os autos em

car. f. 1.º. 9.

João Pessoa, 27 de 06 de 2011



JUNTADA

Nesta data faço junta aos autos

1.ª. f. 1.º. 9.

João Pessoa, 08/07/2011.





LMJN
ADVOCACIA

Dra. Lidiari Nunes
Advogada - OAB/PB 10244

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB.**

PROCESSO de n.º 200.2007.787.1354

ALANA GOMES DOS SANTOS, parte já qualificada nos autos em epígrafe,
por meio de seus advogados adiante assinados, vem à presença de Vossa
Excelência, vem requer a penhora on line, através do **CNPJ da empresa de n.º
33.166.158/0001-95**, tendo em vista o memorial de calculo em anexo (art. 604,
CPC), penhora esta a ser realizada no importe de **R\$ 19.638,83 (Dezenove
Mil, Seiscentos e Trinta e Oito Reais e Oitenta e Três Centavos).**

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

LIDIARI MARTINS NUNES
OAB/PB 10.244

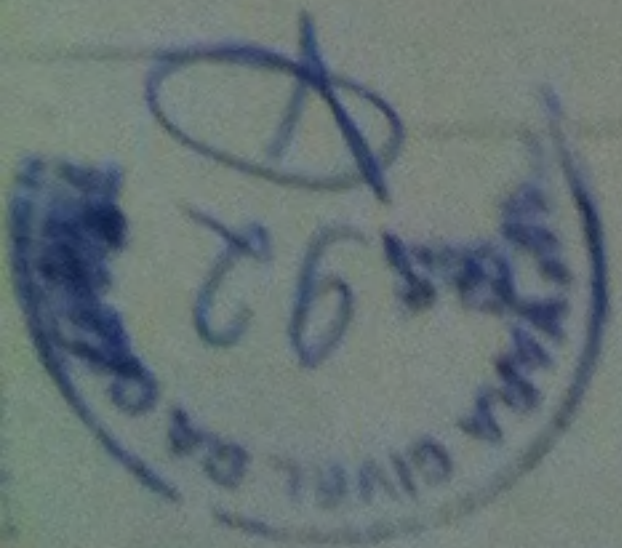
CORREÇÃO MONETÁRIA (dd/mm/aaaa)
 Data Inicial: 28/08/2008
 Data Término: 27/06/2011

PRINCIPAL (moeda da época - nnnnnn,nn)
 Valor: 10400,00

ACESSÓRIOS (percentual - nn,nnnn)
 Juros (am): 1 %
 Multa: 10 %
 Advogado: 10 %

Calcular Limpar Ajuda

RESULTADO DO CÁLCULO (em Real)
 Total R\$: 19.638,83
 Índices: INPC
 PRINCIPAL (atualizado em Real)
 Valor R\$: 12.112,27
 ACESSÓRIOS (atualizado em Real)
 Valor dos Juros R\$: 4.118,17
 Valor da Multa R\$: 1.623,04
 Valor Honorários R\$: 1.785,35



CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos
estes autos ao M.M. Juiz de
Direito da 14ª Vara Cível.

João Pessoa, 08/07/2011.





ESTADO DA PARAIBA
PODER JUDICIÁRIO

14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

Vistos etc.

Certifique-se o decurso do prazo de quinze dias para pagamento do débito, na forma do art. 475-J do CPC.
Tendo decorrido o prazo sem cumprimento, nos moldes do art. 475-J, do CPC, intime-se à parte executada para, em 15 dias, cumprir a sentença, observado o valor retro calculado, sob pena de multa de 10% e bloqueio de bens.

João Pessoa, 11 de julho de 2011.

Juiz de Direito

Antonio Eimar de Lima
Juiz de Direito
10º Juizado Auxiliar da Capital

DATA
Nesta data, recebi estes autos do
MM. Juiz de Direito. Dou fé. João
Pessoa, 18/07/2011



PUBLICAÇÃO DE NOTA DE FORO

Certifico que a Nota de Foro 136/2011 foi publicada em 02/08/2011. Entretanto, de acordo com a Lei 11.419/2006 e Resolução nº 10 do Tribunal de Justiça, tem-se como publicada em 03/08/2011. Dou fé. João Pessoa, 02 de agosto de 2011.

Analista/Técnico Judiciário

